

Destaques:

ECOXXI 2019 - Candidaturas Abertas

Novos Desafios aos Municípios

Candidaturas ao PO SEUR em curso

Eco-Funcionários

Boas Práticas ECOXXI- Estarreja e Santo Tirso em destaque

Editorial

A sustentabilidade de um território é inviável sem o envolvimento e participação dos que nele vivem e trabalham — esta é a dimensão da cidadania que se pretende reforçar como essencial, para que as mudanças em termos de práticas e políticas possam efetivamente ser bem sucedidas.

Mas o contrário é igualmente verdade: se os decisores e os técnicos que trabalham e gerem o território não tiverem estes mesmos princípios e valores interiorizados, não só na sua atividade diária mas até em termos pessoais é difícil passar as estratégias e os referenciais do papel para a prática.

O ECOXXI procura, entre outros objetivos, através da pedagogia do exemplo e do reforço, reconhecimento e divulgação das boas práticas, contribuir para o envolvimento de todos na implementação de práticas que efetivamente contribuam para um território mais sustentável.

*Margarida Gomes
Coordenadora
Nacional do ECOXXI*

Candidaturas a Eco-Freguesia XXI

Resultados a 7 de junho



No dia **7 de junho** serão divulgados os **resultados das Candidaturas** ao Projeto Eco-Freguesias XXI 2018-19. A cerimónia tem lugar em Braga, no âmbito de mais uma edição do Greenfest.

Nesta 2.ª edição do projeto estão a concorrer a “Eco-Freguesia” 91 freguesias de todo o país, sendo Guimarães e Pombal os municípios com mais freguesias a participar. Saiba mais em: ecofreguesias21.abae.pt

ECOXXI 2019 - Candidaturas Abertas



No dia 11 de março na Agência Portuguesa do Ambiente, na Amadora, terá lugar a **Ação de Formação ECOXXI 2019**, que marca o lançamento de mais uma edição do Programa. A Formação é gratuita e destina-se aos responsáveis e técnicos dos municípios portugueses potencialmente candidatos ao Programa ECOXXI.

As Candidaturas estão abertas de 11 de março a 7 de junho.

A ficha de inscrição no Programa está disponível **até dia 30 de abril**. Saiba mais em: ecoxxi.abae.pt

Novos Desafios aos Municípios

Até ao dia 15 de março, todos os municípios interessados poderão aderir aos projetos “Rota da Cidadania” e “O mar começa aqui”.



Saiba mais na pp. 2-3

Nesta edição:	Pág.
Editorial	1
ECOXXI 2019 - Candidaturas Abertas	1
Candidaturas a Eco-Freguesia XXI - Resultados a 7 de junho	1
Novos Desafios aos Municípios	1-3
Candidaturas ao PO SEUR em curso	3
Medidas para a educação, sensibilização e divulgação florestal	4
Artigo de opinião Porque a floresta é muito mais do que um conjunto de troncos	5
Eco-Funcionários	6
Boas Práticas ECOXXI- Estarreja e Santo Tirso em destaque	7
Calendarização do Programa ECOXXI	8
Novos Prémios: Mobinteg e UHU	8



Neste edição destacamos os projetos “Rota da Cidadania” e “O mar começa aqui”

Novos Desafios aos Municípios

Todos os anos, a ABAE lança novos desafios aos municípios no sentido de reforçar o trabalho em rede e incentivar à prática de uma cidadania participativa e colaborativa entre escolas e municípios. Neste sentido, e em linha com o trabalho desenvolvido no âmbito do projeto “Do CO2 ao O2”, implementado em 2018 ao abrigo do fundo ambiental, a ABAE lança este ano dois novos desafios, inseridos nas temáticas do mar e da floresta: “Rota da Cidadania” e “O mar começa aqui”.

A participação na “Rota da Cidadania” pressupõe a disponibilização de uma verba de pelo menos 1000€ para implementação do projeto mais votado.

Rota da Cidadania: um projeto para todos

O projeto “Rota da Cidadania” visa, entre outros objetivos, valorizar o papel da participação das crianças e dos jovens, comunidade educativa e sociedade civil nos processos de desenvolvimento, bem como a coerência entre pensamento e ação, participação e cooperação.

1- INSCRIÇÃO E SESSÃO DE ÍNICIO DA ROTA

O projeto inicia-se com a **manifestação de interesse** por parte do **município** em organizar a rota, sendo uma condição prévia a disponibilização de uma verba de pelo menos 1000€ para implementação do projeto resultante da Rota.

Deve seguidamente convocar as suas escolas (Eco-Escolas e outras) e planejar um **percurso** a realizar dentro do município.

Antes de se iniciar a Rota, recomenda-se a realização de uma sessão para: **explicar** o projeto e **agendar** a Rota; clarificar como vai ser escolhido e **financiado** o projecto(s) resultante(s) da Rota da Cidadania e ainda explicitar quais as linhas orientadoras e prioridades do município em matéria de sustentabilidade.

Nesta sessão será também distribuído a cada escola um **pergaminho** (enviado pela ABAE para o município) que a escola deverá preencher até ao momento da Rota.



Logotipo da “Rota da Cidadania”

2- DESENVOLVIMENTO DO PROJETO NA ESCOLA

Cada escola organiza um debate de ideias/ações/projetos e seleciona o projeto que mais gostaria de ver implementado no município. De seguida, descreve o projeto selecionado.

3- REALIZAÇÃO DA ROTA

A Rota deve iniciar-se na escola mais distante do município que recebe a Pasta dos Pergaminhos e o Testemunho da Rota da Cidadania – uma pequena bandeira. Desloca-se até à escola seguinte acompanhada dos testemunhos e da sua própria bandeira Eco-Escolas, seguindo o percurso traçado pelo município, recorrendo sempre que possível a formas de mobilidade mais sustentáveis. Cada escola (visitada) organiza uma sessão com a apresentação dos dois projetos e outras atividades que decida realizar (exemplo: lanche sustentável, visita à horta da escola, apresenta uma coreografia/dança/teatro).



Eco-Escola em Rota, com a sua bandeira verde

4- SELEÇÃO DO PROJETO | SESSÃO PARTICIPATIVA

O município deverá avaliar tecnicamente os projetos apresentados pelas escolas e decidir sobre a forma de seleção do projeto ou projetos a financiar. Este processo pode ser articulado com outras iniciativas de orçamento participativo em curso.

Para a seleção final do projeto, ou projetos, recomenda-se se possível o envolvimento das escolas e da comunidade numa sessão participativa.

5- IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

O projeto deverá ser implementado até ao final do ano 2019 com o envolvimento dos parceiros e sob vigilância e monitorização do município.

Inscrição nos projetos até ao dia 15 de março

Saiba mais aqui:

<https://ecoxxi.abae.pt/2019-rota-da-cidadania/>

<https://ecoxxi.abae.pt/o-mar-comeca-aqui/>

Projeto no âmbito do tema mar

“O mar começa aqui”

O projeto “O mar começa aqui” consiste na realização de uma campanha com impacto na comunidade para alertar sobre as questões relativas à incorreta deposição dos resíduos, poluição da água doce e da água do mar.

O município inscrito neste desafio deve mobilizar as escolas (Eco-Escolas e outras) do concelho a participar. A estas pede-se que enviem ao município o projeto de uma pintura a realizar em torno de uma sarjeta, com o objetivo de sensibilizar para o facto das águas pluviais arrastarem com elas vários tipos de resíduos. As tintas de exterior devem ser inócuas para o ambiente.



1 – MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

Através da submissão da ficha de inscrição

2 – ENVOLVIMENTO DAS ECO-ESCOLAS

Desafio às Eco-Escolas do concelho para apresentação de uma proposta de imagem

3 - SELEÇÃO DA IMAGEM

O município seleciona as imagens que pretende ver pintadas. Uma por escola ou uma por freguesia.

4 - PINTURA DAS SARGETAS

O município agiliza a implementação (autorizações e materiais)

5 - COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Divulgação na página do município, escolas e redes sociais

Encontram-se
abertos dois
Avisos
direcionados
para
Municípios no
âmbito da
temática água.

Avisos abertos para Municípios no âmbito do tema água

Candidaturas ao PO SEUR em curso

Encontram-se abertos dois Avisos direcionados para Municípios, no âmbito das tipologias de investimentos para **Gestão Eficiente do Ciclo Urbano da Água/Abastecimento de água**.

POSEUR-12-2017-05 | Aviso destinado ao Ciclo Urbano da Água (CUA) - Operações promovidas por entidades gestoras agregadas

Objetivos: criação de sistemas que resultem de agregação de entidades gestoras que prestam serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais em baixa. Estes sistemas devem possuir uma dimensão propiciadora de ganhos de eficiência, com um número mínimo de habitantes e área geográfica.

Grau de maturidade das operações: comprovação da existência de anteprojecto de execução das intervenções a realizar, desde que o respetivo procedimento de contratação pública seja lançado até 60 dias após a assinatura do termo de aceitação.

Prazo máximo de execução: 3 anos (36 meses)

Dotação máxima de Fundo de Coesão: 100 milhões €

Credenciação: <https://www.portugal2029.pt/Balcao2020/>

Data de fecho: 12 de março, 18:00

POSEUR-12-2018-18 | Aviso destinado a Investimentos nos Sistemas em Baixa com vista ao Controlo e Redução de Perdas nos Sistemas de Distribuição e Adução de Água

Objetivos: Promover a integração e cruzamento de informação, monitorização contínua do sistema de abastecimento e rápida intervenção sobre as fugas detetadas.

Grau de maturidade das operações: comprovação da existência de anteprojecto, nos termos da Portaria nº 701-H/2018 de 29 de julho, aprovado pela entidade competente, ou deliberação de aprovação do procedimento e respetivas peças, caso se trate de aquisição de equipamentos.

Prazo máximo de execução: 2 anos (24 meses)

Dotação máxima de Fundo de Coesão: 40 milhões €

Credenciação: <https://www.portugal2029.pt/Balcao2020/>

Data de fecho: 26 de abril de 2019, 18:00 (2.ª fase)

Mais informações sobre as candidaturas em: <https://poseur.portugal2020.pt/pt/candidaturas/avisos/>





Municípios apostam na edição de materiais de sensibilização e informação Medidas para a educação, sensibilização e divulgação florestal

De uma forma global, todos os municípios promovem ações de educação, sensibilização e divulgação florestal, através da disponibilização de materiais editados nos últimos anos.

De acordo com a informação constante nas candidaturas ao Programa ECOXXI, em 2018, mais de 90% dos municípios referem ter editado e divulgado informações sobre a proteção das áreas florestais, nos últimos três anos (2015 a 2017). Destes, a grande maioria (98%) disponibiliza informação online ao público em geral, parte dos municípios recorre ainda a folhetos (78%), cartazes /posteres (56%) e informação em outros formatos (46%) nomeadamente editais, telas de jogo e boletins informativos.



Tríptico, Município de Agueda



Boletim informativo, Município da Lourinhã

Execução das faixas de combustível programadas 64% dos municípios cumpre a legislação e vigor

No sentido de incentivar à promoção de comportamentos que visem a proteção dos espaços florestais, o Programa ECOXXI avalia a taxa de execução das faixas de gestão de combustível (GC), face ao previsto em sede do Plano Municipal de Defesa das Florestas Contra Incêndios (PMDFCI).

De acordo com o ICNF, entende-se por GC “a redução de material vegetal e lenhoso de modo a dificultar a propagação do fogo na vertical (degrau a degrau, do estrato herbáceo para os matos e destes para as copas) e na horizontal (ao longo dos diferentes estratos)”.

“20% dos municípios referiu não ter executado as áreas de faixas de gestão de combustível”

Segundo a legislação, é obrigatória a GC à volta das edificações e aglomerados populacionais. No primeiro caso, é obrigatório proceder à gestão de combustíveis numa faixa mínima de 50 m à volta das edificações ou instalações (habitações, estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas ou outros equipamentos) inseridas nos espaços rurais. No segundo caso, em redor dos aglomerados populacionais inseridos ou confinantes com espaços florestais e previamente definidos nos PMDFCI é obrigatória a gestão do combustível numa faixa exterior de proteção de largura mínima não inferior a 100m, podendo face ao risco de incêndios, outra amplitude ser definida no PMDFCI.



Exemplo de limpeza de GC em espaço florestal

De acordo com os dados fornecidos pelos municípios ECOXXI em 2018 (dados de 2017), 20% dos municípios referiu não ter executado as áreas de faixas de GC, 26% refere ter executado até 50% do previsto no PMDFCI e 38% dos municípios informa ter executado 100% ou até mais do que o previsto neste plano. Os restantes 16% dos municípios não preenchem por falta de disponibilidade de dados à data da candidatura. Neste contexto, apenas 64% cumpre a legislação em vigor, sendo que 16% refere ter ido mais além e executado áreas de faixas GC para além do estabelecido no PMDFCI.

Artigo de opinião

Porque a floresta é muito mais do que um conjunto de troncos

“Tornou-se inegável que o eucalipto se transformou na árvore que maior área ocupa a nível nacional. Será este um erro? Não é objetivo deste texto explorar as vantagens e desvantagens da criação de uma floresta monoespecífica. Contudo, se a floresta não se resume à árvore, também me parece igualmente redutor resumir a floresta portuguesa a uma condição quase monoespecífica, garantindo o domínio de uma única árvore.

Teremos de pensar as outras florestas, aquelas que, não se destinando ao dividendo económico direto, cumprem diversas outras funções, e que nos garantem acesso a diversos serviços. Apenas como exemplo, indica-se a multiplicidade de benefícios associados à elevada biodiversidade que uma floresta nativa espontânea normalmente comporta, muitos dos quais escapam à contabilidade mais rigorosa, tal é a diversidade e complexidade de relações estabelecidas. Na verdade, desde as raízes até às folhas, há uma multiplicidade de serviços que nos são fornecidos gratuitamente, como a proteção dos solos, reduzindo o problema da erosão, o que configura um serviço de elevada importância em territórios montanhosos, a contribuição para garantir maior disponibilidade de hídricos, contribuindo para garantir a recarga dos aquíferos ao favorecer a infiltração. Mas, até a simples questão estética, desempenhando um importante papel na área do lazer e do turismo.

É claro que a floresta de produção cumpre um papel importante, não acho que seja desapropriado que cada proprietário florestal queira tirar proveito económico da sua floresta. Mas, acho pouco aceitável que esse processo passe simplesmente pela eucaliptização do país. Provavelmente, teremos que começar a compensar claramente os proprietários florestais que apostem numa floresta que fornece outros serviços mas que não garante dividendos económicos diretos.

Deveríamos, então, pagar pelo oxigénio que respiramos? Acho que não precisamos extremar posições, mas considero que a valorização da floresta pode passar também pela compensação dos proprietários cujas ações promovam a diversificação de serviços associados à floresta. O discurso atual até fala na floresta, mas tende a ser muito reducionista, estruturado por uma análise de valores, de aumentos e diminuições, de hectares, de percentagens no contributo para o Produto Interno Bruto. Nós gerimos os nossos interesses pelas nossas necessidades. E tudo o que não se utiliza ou perde valor, o tempo encarrega-se de colocar em segundo plano, substituir ou apagar. E é isto que está a acontecer com a floresta, principalmente com as florestas que não garantem rentabilidade ao fim de 10/15 anos.

Além disso, uma percentagem muito significativa da sociedade não atribui

qualquer valor ou utilidade imediata aos serviços associados à floresta. Temos que ir mais além, e superar esta visão reducionista, que resultou do facto do uso do território se ter alterado nas últimas três décadas, e do espaço ocupado pela floresta ou com aptidão florestal não ter sido alvo de uma verdadeira adaptação a um novo modelo de uso. Vigorava um modelo de exploração ritmado pelas necessidades de comunidades rurais associadas a uma agricultura de subsistência, e este modelo ainda não foi substituído por outro que valorize a floresta de uma forma integrada, e que lhe atribua um papel central. Não é defensável que o modelo de floresta deva estar estruturado por uma visão bucólica de proteção total, baseada unicamente em modelos de conservação. Mas, falta uma situação intermédia, situada entre a exploração intensiva das florestas de produção e a conservação absoluta.

Falta, pois, o conceito de floresta de uso múltiplo, que não exclui a proteção, mas que não se esvazia na produção.

Em suma, falta uma perspetiva que não arrede a floresta dos processos de planeamento e ordenamento territorial, e que, por outro lado, permita a sua aplicação prática. Pois, apesar do apregoado potencial florestal do território português, a floresta continua a estar dependente das decisões de vários outros sectores. Assume papel de destaque apenas no verão, quando todos os fatores (estado do tempo, falta de ordenamento, grande disponibilidade de combustível,...) produzem uma combinação deletéria que lhe garante grande destaque, associado à magnitude dos incêndios florestais.

Se queremos que a floresta assuma a importância que lhe é devida, além de discutirmos a sua relevância, temos que preparar os futuros decisores. Pois, apesar de sermos uma sociedade mais urbana, não devemos negligenciar o papel da floresta. Mais do que planos avulsos, precisamos de um sistema pensado desde a raiz, baseado numa perspetiva integrada, e não apenas direcionados ao rendimento e à produtividade.

Porque a floresta é muito mais do que um conjunto de troncos.”

“Se queremos que a floresta assuma a importância que lhe é devida, além de discutirmos a sua relevância, temos que preparar os futuros decisores”.



No âmbito do Projeto Eco-Freguesias XXI 2018-19

Eco-Funcionários

Enquadrado no processo de candidatura das freguesias ao Projeto Eco-Freguesias XXI 2018-19, projeto que visa reconhecer as autarquias com melhores práticas de sustentabilidade, o Eco-Funcionários consiste num **breve questionário comportamental** dirigido a todos os trabalhadores da Junta de Freguesia. Pretende, em primeiro lugar, **sensibilizar e informar para a temática da sustentabilidade** e, em segundo lugar, motivar o **envolvimento e a participação de todos** no projeto.

O Eco-Funcionários consiste num breve questionário comportamental dirigido a todos os trabalhadores da Junta de Freguesia.

Composto por apenas **4 indicadores**, o questionário valoriza a tomada de medidas de poupança de água e energia, bem como a redução, correta separação e reutilização de resíduos no local de trabalho.

Do ponto de vista do envolvimento ativo em processos de participação pública, é valorizada a participação em ações de sensibilização e (in)formação, a integração em associações e coletividades e, ainda, a participação em assembleias de freguesia, assembleias de município e orçamentos participativos.

Para ser um eco-funcionário, o funcionário deve deslocar-se da forma mais sustentável possível, valorizando-se o modo de deslocação entre casa e trabalho, atendendo a distância e os transportes públicos disponíveis, bem como a partilha de viaturas.

Por fim, a cada funcionário é lançado o desafio de propor uma medida que ainda não esteja completamente implementada que contribua para aumentar a sustentabilidade ambiental do seu local de trabalho no futuro, e de apresentar uma razão que o permita classificar-se como um eco-funcionário.

Saiba mais sobre o Eco-Funcionários em: <https://ecofreguesias21.abae.pt/2018-19-eco-freguesias-xxi/2018-19-eco-funcionarios/>

Fraca Participação em Ações da Iniciativa da Junta

Do universo de 596 funcionários inquiridos, apenas 23% referem ter participado em duas ações promovidas pela junta de freguesia nos últimos dois anos (2017 e 2018).

A maioria dos inquiridos refere não ter tido disponibilidade de horário para estar presente. Outro dos motivos evocados é o facto de não terem existido ações dirigidas aos funcionários neste período.

41% participa habitualmente nas Assembleias de Freguesia e/ou Municipais.

40% votaria caso existisse orçamento participativo.

29% faz parte de uma associação, coletividade ou similar.

Aumentar a sustentabilidade ambiental da freguesia

Apostar na Redução do Consumo Energético e na Reutilização de Resíduos

Segundo a informação remetida pelos funcionários inquiridos, as freguesias devem continuar a implementar medidas de sustentabilidade ambiental nas temáticas dos resíduos e energia.

Quando questionados sobre as medidas que ainda não estão completamente implementadas, no sentido de aumentar a sustentabilidade ambiental do seu local de trabalho no futuro, grande parte dos funcionários (48%) refere que devem ser adotadas medidas que visam a redução do consumo energético, quer do ponto de vista do conforto térmico, quer da substituição de viaturas e aparelhos, recorrendo a energias renováveis. A redução, a separação e a reutilização são também consideradas prioridades para os funcionários inquiridos (43%). Apenas 9% referem medidas no âmbito de outras temáticas, nomeadamente relacionadas com o uso eficiente de água e com a criação de novos espaços verdes na freguesia.



Para ser Eco-Funcionário valoriza-se, entre outros aspetos, a utilização de modos de transporte sustentável na deslocação casa-trabalho-casa



Sessão de formação para funcionários na freguesia de Quarteira.

Energia e Mobilidade em destaque nas últimas edições do Boletim ECOXXI

Boas Práticas de Estarreja e Santo Tirso

Com a adesão ao Pacto de Autarcas em 2014, Estarreja é uma cidade que utiliza informação, conhecimento e tecnologias para promover a **competitividade económica e a sustentabilidade ambiental**.



Eco Parque Empresarial de Estarreja

O município possui gestores de edifício que são responsáveis não só pela monitorização contínua de consumo de água, gás e eletricidade, mas também por encontrar soluções para situações de gastos supérfluos e excessivos.

O aproveitamento de energia solar para aquecimento de águas sanitárias em muitas das instalações municipais e a instalação de detetores de movimento em edifícios novos ou restaurados, são algumas das medidas tomadas.

O investimento em medidas de poupança de energia, no domínio da iluminação pública, traduziu-se numa poupança de 22% entre 2017 e 2018 (redução de 5.064.580 para 3.946.187 KWh).

“Procurar uma mobilidade mais amiga das pessoas é fundamental para a construção de um território mais justo e equitativo.”

Santo Tirso em destaque no mês de Março

Procurar uma mobilidade mais amiga das pessoas é fundamental para a construção de um território mais justo e equitativo. É sob este desígnio que o Município de Santo Tirso tem vindo a apostar numa mobilidade cada vez mais sustentável, quer ao nível da promoção da utilização dos transportes públicos, quer ao nível do incentivo aos modos suaves/ativos.

Devolver a cidade às pessoas

Esta é a principal ideia de um plano de mobilidade que até 2023 pretende alargar a rede de ciclovias, reestruturar os principais espaços públicos da malha urbana em prol dos peões, apostar num serviço intermunicipal de transportes públicos e reorganizar o estacionamento.

O Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Santo Tirso (PMUS) prevê intervenções nas quatro escolas da malha urbana, tendo em vista a criação de infraestruturas que promovam deslocações com recurso a transportes ambientalmente sustentáveis. O investimento para o Plano ronda os oito milhões de euros, financiados por fundos comunitários.



Disponibilização de bicicletas no município de Santo Tirso



Postos de carregamento de veículos elétricos em Santo Tirso

Promover o “O Ciclismo vai à escola”

O projeto resulta de uma parceria com a Federação Portuguesa de Ciclismo e com a empresa Próxima Aventuras, com o objetivo último de incentivar a adoção de hábitos de deslocação mais sustentáveis.

Investir na mobilidade elétrica

O município de Santo Tirso tem vindo a investir na aquisição de viaturas elétricas e na instalação de postos de abastecimento em diversos locais do concelho.

Até ao final do primeiro semestre de 2019 está prevista a instalação de três postos de carregamento elétricos, dois dos quais de carregamento rápido. Estes últimos permitirão carregar um veículo elétrico em apenas 20 ou 30 minutos.

Veja estas e outras boas práticas de municípios ECOXXI em: <https://ecoxxi.abae.pt/boas-praticas-em-municipios-ecoxxi/>



Ficha Técnica

Redação e edição:

Margarida Gomes
Tânia Vicente

Direção:

Margarida Gomes

Propriedade:

ABAE FEE Portugal
Presidente: José Archer

Morada: Rua General
Gomes Araújo - Edifício
Vasco da Gama - Bloco C
1350-355 Lisboa

Telefone: 213942747

E-mail: eco21@abae.pt

Página: www.abae.pt
www.facebook.com/eco21

Programa ECOXXI

Coordenação:

Margarida Gomes
Tânia Vicente

Comissão Nacional:

Composta por peritos das
seguintes entidades:

APA

ADENE

ABAE/FEE P

Biodiversity4All

CCDR Alentejo, Algarve,
Centro, LVT e Norte

CIDAADS

DGADR

DGE-MEC

DGEG

DGT

DROTA Madeira

ERSAR

ERSARA

FC-UP

FCT-UNL

FL-UC

Greenstays

Idis.mais

ICNF

ICS-UL

IGOT-UL

INE

IPQ

ISA-UL

ISEC

MUHNAC

RNAE

SRA Açores

Turismo de Portugal (TP)

Urbactiv

Calendarização do Programa ECOXXI

A 12.^a edição do Programa ECOXXI decorre de março a setembro. As candidaturas devem ser submetidas na Plataforma ECOXXI até ao dia 7 de junho. A divulgação prévia dos resultados e a cerimónia de entrega dos galardões terá lugar em setembro.

Data	Ação
Janeiro e fevereiro de 2019	Reuniões Comissão Nacional e Revisão do Programa Preparação da Candidatura a Município ECOXXI 2019
Fevereiro de 2019	Reunião Geral da Comissão Nacional
11 de março de 2019	Divulgação da Abertura das Candidaturas e Ação de Formação
11 de março a 7 de junho de 2019	Período de Candidaturas ECOXXI 2019
Junho a agosto de 2019	Avaliação das Candidaturas pelos Júris
Setembro de 2019	Divulgação Prévia dos Resultados Esclarecimento de Dúvidas aos Municípios
Setembro de 2019	Cerimónia de Divulgação dos Resultados e Entrega dos Galardões ECOXXI 2019
Outubro a fevereiro de 2020	Revisão do Programa Preparação da candidatura 2020

Mobinteg e UHU oferecem novos prémios aos municípios candidatos em 2019 Novos Prémios ECOXXI



UHU - Materiais

A UHU, a mais famosa marca de colas, é este ano parceira do Programa ECOXXI. O prémio a sortear na Cerimónia de Divulgação dos Resultados do Programa ECOXXI 2019 consiste num conjunto de produtos UHU, no valor de 500€. Saiba mais em: <https://www.uhu.pt>

Mobinteg - SMIITY Box

A SMIITY Box é um complemento da SMIITY, aplicação desenvolvida pela Mobinteg, que consiste num dispositivo que permite avaliar, em tempo real, a qualidade do ar e do ambiente no local em que o utilizador se encontra.



Este dispositivo apresenta cinco sensores: temperatura, humidade, monóxido de carbono, som ambiente e medidores de partículas. Com ligação à internet via wifi e entrada USB, os dados recolhidos são depois enviados para uma plataforma *cloud* onde o utilizador da SMIITY pode, posteriormente, analisá-los, através do telemóvel, tablet ou computador.

O prémio ECOXXI 2019 consiste na disponibilização da SMIITY Box por um período de 1 ano a um município a sortear na Cerimónia de Divulgação dos Resultados do Programa ECOXXI 2019. Saiba mais em: <https://smiity.com/>

ECOXXI nas redes sociais:

Facebook: www.facebook.com/ECOXXI | Twitter: https://twitter.com/ECOXXI_ABAE | Instagram: [ecoxxi](https://www.instagram.com/ecoxxi) | Issue: <https://issuu.com/eco21>

Página Oficial ECOXXI : <http://ecoxxi.abae.pt> | Plataforma de trabalho ECOXXI: <http://ecoxxi.abae.pt/login.php>



A BAAE é Organização não Governamental de Ambiente (ONGA).



Bandeira Azul



Eco-Escolas



Jovens Repórteres
para o Ambiente



ecoxxi



A Chave
Verde

Membro da *Foundation for
Environmental Education*



www.fee.global.org